



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II

Ananindeua-Pará

Dia 21.08.2019 (Sessão Ordinária) - Matéria em Pauta composta das Atas das Sessões Ordinárias dos dias 12 e 19.06.19 que foram aprovadas por unanimidade de votos; Projeto de Lei nº 052/2019 – “Determina aos Laboratórios particulares ou Conveniados a rede Pública Municipal a realizar coleta de materiais para exames de idosos ou pessoas com deficiência em suas residências ou nas unidades de saúde mais próximas, no Município de Ananindeua-Pará”, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Saúde, Proteção Social e Trabalho e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 053/2019 – Cria o Diploma “Aluno Nota Dez” para estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da rede Municipal de Educação, do Município de Ananindeua-Pará, e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Educação e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 054/2019 – Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica, e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 047/2019 – Denomina de Elias Sefer a antiga Rua da COHASPA, em toda a sua extensão, que inicia na Rodovia BR-316 e termina na Travessa Tancredo Neves, Bairro Águas Lindas, neste Município e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em segunda votação; Requerimentos nºs 925, 926, 929/2019 que foram aprovados por unanimidade de votos; Requerimento nº 930/2019, em discussão, o vereador Alexandre Gomes colocou que possam de forma organizada e institucional dar garantias de direitos, fruto de uma reunião que este orador participou. Condenou promessas que não podem ser cumpridas. Deveriam estender para todos os ambulantes que ocupam irregularmente as ruas do município. Propõe um projeto de autoria de todos os vereadores para que busquem uma solução para o problema; o vereador Braga parabenizou ao autor pelo documento. Colocou que às vezes a decisão do Ministério Público em retirar o trabalhador de certos locais prejudicam outros que não tem nada a ver. Os edis precisam pensar em adequar e alocar os feirantes da melhor maneira possível; vereador Rui Begot disse que está solícito aos feirantes do PAAR e informou que recebeu um estudo onde registra que são trinta e nove milhões de desempregados no país (sendo vinte e seis milhões no mercado informal – trabalhando sem carteira assinada). Precisam fazer uma grande mobilização junto a todos e buscarem uma forma de diminuir estes índices alarmantes; vereador Marlon deixou seu apoio e colocou que o Ministério Público deve ter sensibilidade junto aos feirantes. Deve haver a mobilização do Ministério Público, Secretaria de Ação Social e população. Precisam fazer o cadastro desses feirantes a fim de buscarem uma solução - o requerimento foi aprovado por unanimidade de votos e Requerimentos nºs 921, 927 e 928/2019 que ficaram para a próxima sessão, pois os autores não estavam presentes.